

## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR CONSELHO SUPERIOR

Resolução n.º 57 /CSMPM, de 6 de maio de 2008

(Revogada pela Resolução nº 147, de 10 de outubro de 2024)

Estabelece critérios objetivos para a promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público Militar.

*O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR*, nos termos dos artigos 131, inciso I, letra e, 200 e 201 da Lei Complementar nº 75/1993 e da Resolução nº 2 do Conselho Nacional do Ministério Público, observando a necessidade de estabelecimento de critérios objetivos para a promoção por merecimento na Carreira, resolve:

Art. 1º As promoções por merecimento dos integrantes do Ministério Público Miltiar serão realizadas através de votação nominal, em Sessão do Conselho Superior do Ministério Público Militar, de forma aberta e fundamentada.

Art. 202 Na aferição do merecimento, o Conselho Superior observará:

I a eficiência, a presteza e a dedicação no desempenho de suas funções;

H a contribuição à organização e à melhoria dos serviços do Ministério Público Militar;

III a frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento, de interesse da Instituição, notadamente em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado, e também cursos promovidos pela Escolha Superior do Ministério Público da União —ESMPU;

IV – publicação de trabalho jurídicos de real valor.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, o Corregedor Geral fará presente à Sessão do Conselho Superior os assentamentos funcionais dos Membros do Ministério Público Militar que possam ser votados para compor a lista tríplice.

Art. 3º À promoção por merecimento só poderão concorrer os Membros do Ministério Público Militar com pelo menos dois anos de exercício na categoria e integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago. Em caso de recusa, completar se á a fração incluindo se outros integrantes da categoria, na sequência da ordem de antiguidade.

Art. 4º Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade de censura ou suspensão, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, em caso de censura, ou de dois anos em caso de suspensão.

Art. 5º Será obrigatoriamente promovido quem houver figurado por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, na lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior.

Art. 6º Não poderá concorrer à promoção por merecimento, até um dia após o regresso, o Membro do Ministério Público Militar afastado da Carreira, para:

I exercer cargo eletivo ou a ele concorrer, e

II exercer outro cargo público permitido por lei.

Art. 7º Considerar se ão eleitos para integrar a lista de promoção por merecimento os Membros do Ministério Público Militar que obtiverem mais da metade dos votos dos Conselheiros presentes.

Parágrafo único. Se, do primeiro escrutínio, não resultar completa a lista, repetir se á a votação até que três candidatos obtenham a maioria exigida.

Art. 8º A lista será organizada em ordem de votação, dela constando o número de votos obtidos e quantas vezes os indicados tenham entrado em listas anteriores.

Art. 9º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Dr.ª Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz Procuradora Geral da Justiça Militar Presidente

Dr. Mário Sérgio Marques Soares Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro

Dr. Carlos Frederico de Oliveira Pereira Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro Dr. Roberto Coutinho
Corregedor Geral do MPM
Conselheiro Relator

Dr. Edmar Jorge de Almeida Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro Dr. <sup>a</sup> Marisa Terezinha Cauduro da Silva Subprocuradora Geral da Justiça Militar Vice-Presidente

Dr. Alexandre Concesi
Subprocurador Geral da Justiça Militar
Conselheiro

Dr.ª Arilma Cunha da Silva Subprocuradora Geral da Justiça Militar Conselheira Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro

Dr: <sup>a</sup> Maria Lúcia Wagner
Subprocuradora Geral da Justiça Militar
Conselheira

*Dr. José Garcia de Freitas Junior* Subprocurador Geral da Justiça Militar Conselheiro